

**1) Nos termos da Lei nº 9.296/96 - Lei da Interceptação Telefônica - caso a Autoridade Policial, para realizar a diligência legal da interceptação, necessite de "serviços e técnicos especializados"**

- A) poderá solicitá-los diretamente às respectivas concessionárias.
- B) deverá solicitar tal auxílio junto ao Juiz de Direito do feito que, se entender cabível, requisitá-lo-á junto às respectivas concessionárias.
- C) poderá requisitá-los diretamente às respectivas concessionárias.
- D) deverá solicitar tal auxílio junto ao Promotor de Justiça do feito, que, se entender cabível, requisitá-lo-á junto às respectivas concessionárias.

**2) Notícia a mídia que alguns marginais possuidores de variadas armas de fogo estariam alugando as mesmas a outros criminosos cobrando para isso determinada participação nos eventuais lucros na empreitada criminosa a ser praticada. Estudando a Lei nº 9.437/97 - Lei do Porte de Arma - verifica-se que essa conduta de "alugar" armas de fogo**

- A) está expressamente prevista e punida nessa legislação.
- B) não está expressamente prevista nessa legislação criando o que se chama de "lacuna".
- C) embora não prevista expressamente nessa lei, está implícita nos verbos "fornecer" e "emprestar", utilizados pelo legislador.
- D) embora não prevista expressamente nessa lei está implícita no verbo "ceder", utilizado pelo legislador.

**3) O fenômeno da ultratividade da lei penal**

- A) está circunscrito às leis excepcionais ou temporárias.
- B) pode ocorrer em outra hipótese além das previstas nas leis excepcionais ou temporárias.
- C) está impedido por ferir mandamento constitucional.
- D) ocorre na vacatio legis e nada tem com leis excepcionais ou temporárias.

**4) A figura do perdão judicial àquele que, na direção de veículo automotor, pratica o crime de homicídio culposo**

- A) está expressamente prevista no Código de Trânsito Brasileiro num dos parágrafos correspondentes a esse tipo penal.
- B) não está assim expressa no Código de Trânsito Brasileiro embora nesse tipo penal conste a expressão "o juiz pode deixar de aplicar a pena", provocando, portanto, o mesmo efeito.
- C) não está assim expressa no Código de Trânsito Brasileiro embora nesse tipo penal conste a expressão "fica isento de pena" provocando, portanto, o mesmo efeito.
- D) não está expressa no Código de Trânsito Brasileiro no tipo penal que pune essa conduta criminosa.

**5) Estudando o Código de Trânsito Brasileiro - Lei n. 9.503/97 - verifica-se que ocorrendo a prática de omissão de socorro por parte do condutor do veículo automotor responsável pelo acidente, a conduta de terceiro que supre essa omissão prestando atendimento à vítima**

- A) exclui a responsabilidade do condutor do veículo pela prática desse delito.
- B) não exclui a responsabilidade do condutor do veículo pela prática desse delito.
- C) exclui a responsabilidade do condutor do veículo mas apenas na hipótese da vítima sofrer lesão corporal grave ou morte instantânea.
- D) não exclui a responsabilidade do condutor do veículo pela prática desse delito, embora esteja prevista, nesse tipo penal, como causa de diminuição de pena.

**6) A pena expressamente cominada para o autor do crime relacionado e punido na Lei da Tortura - Lei n. 9.455/97 - é a de**

- A) reclusão para todos os crimes tipificados nessa legislação.
- B) reclusão, detenção e multa, a depender do crime praticado.
- C) reclusão, detenção ou multa, a depender do crime praticado.
- D) reclusão ou detenção a depender do crime praticado.

**7) As excludentes de ilicitude previstas em nosso Código Penal são também denominadas de normas Obs.: \* Em face de erro de grafia do enunciado, teve consideradas como todas corretas as opções A, B, C, D**

- A) penas permissivas.
- B) que excluem a tipicidade da conduta.
- C) penas em branco.
- D) penas que excluem a culpabilidade.

**8) Como sabemos, na Lei dos Crimes Hediondos - Lei nº 8.072/90 - consta norma reguladora dos crimes nela inseridos quando praticados por meio de quadrilha ou bando estabelecendo, para esse delito autônomo, a pena de reclusão de três a seis anos. Essa determinação legal**

- A) conflita com dispositivo da Lei da Tortura - Lei nº 9.455/97 - que trata do assunto.
- B) está em pleno vigor, sem qualquer colidência com outra legislação especial.
- C) conflita com dispositivo da Lei de Entorpecente - Lei nº 6.368/76 - que prevê o crime de formação de quadrilha ou bando, para o tráfico, com pena superior à citada no enunciado da questão.
- D) conflita com o dispositivo da Lei de Entorpecente - Lei nº 6.368/76 - que prevê o crime de formação de quadrilha ou bando para o tráfico, estabelecendo para esse delito autônomo pena idêntica à citada no enunciado da questão, dificultando saber qual legislação a ser aplicada.

**9) O tipo de concurso de crimes que está previsto e que eventualmente poderá ocorrer na figura do erro na execução "aberratio ictus" e no resultado diverso do pretendido "aberratio criminis" é o denominado**

- A) formal no erro na execução e material no resultado diverso do pretendido.
- B) formal nas duas hipóteses.
- C) material nas duas hipóteses.
- D) material no erro na execução e crime continuado no resultado diverso do pretendido.

**10) Como sabemos por recente legislação, as penas restritivas de direito sofreram alterações no seu elenco e nas hipóteses de substituição das penas privativas da liberdade. O condenado por determinado crime, praticado na sua forma culposa, que recebeu a pena de detenção de quatro anos**

- A) não mais poderá receber o benefício da substituição, embora pudesse pela legislação alterada.
- B) poderá agora receber o benefício da substituição já que o limite imposto pela nova legislação, na hipótese, passou para quatro anos.
- C) continua a poder receber o benefício da substituição permitida nessa hipótese.
- D) não poderá receber o benefício da substituição já que, pela nova legislação, na hipótese, a pena privativa de liberdade só pode ser de até um ano.

**11) A decadência, causa extintiva da punibilidade, somente se aplica à ação penal**

- A) de iniciativa privada.
- B) pública condicionada e incondicionada.
- C) de iniciativa privada e pública condicionada.
- D) pública condicionada.

**12) A entrevista pessoal e reservada do preso com seu advogado**

- A) depende de prévia autorização judicial.
- B) constitui direito previsto na Lei de Execução Penal.
- C) é mera liberalidade do dirigente do estabelecimento prisional.
- D) é vedada, na hipótese de incomunicabilidade, prevista no Código de Processo Penal.

**13) A partir do recebimento da representação da autoridade policial pela decretação da prisão temporária, o juiz deverá decidir no prazo de**

- A) vinte e quatro horas.
- B) doze horas.
- C) três dias.
- D) cinco dias.

**14) A apreensão de documento em poder do defensor do acusado**

- A) é permitida sempre, em face do poder de polícia.
- B) é permitida, quando constituir elemento do corpo de delito.
- C) não é permitida, em face do sigilo profissional.
- D) não é permitida, pois o defensor tem imunidade processual.

**15) No Juizado Especial Criminal, da decisão de rejeição de denúncia ou queixa, caberá**

- A) recurso em sentido estrito, a ser interposto no prazo de cinco dias.
- B) apelação, a ser interposta no prazo de cinco dias.
- C) recurso em sentido estrito, a ser interposto no prazo de dez dias.
- D) apelação, a ser interposta no prazo de dez dias.

**16) No processo penal, se o acusado, citado pessoalmente, não atender ao chamamento judicial, sem motivo justificado**

- A) ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional.
- B) o juiz determinará a produção antecipada das provas consideradas urgentes.
- C) será decretada sua revelia e o processo seguirá sem a sua presença.
- D) o juiz decretará a extinção da punibilidade.

**17) Entende-se por " absolvição imprópria "**

- A) a aplicação da medida de segurança, em caso de absolvição.
- B) a sentença absolutória que reconheça não existir prova suficiente para a condenação.
- C) a sentença absolutória destituída de fundamentação.
- D) a decisão judicial de arquivamento do inquérito policial.

**18) Nos crimes de ação penal de iniciativa privada, o inquérito policial será iniciado**

- A) de ofício, pela autoridade policial.
- B) mediante representação do ofendido ou de seu representante legal.
- C) mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público.
- D) mediante requerimento do ofendido ou de quem tenha capacidade para representá-lo.

**19) Tício foi surpreendido cometendo crime culposos, cuja pena é seis meses a dois anos de detenção. Apresentado o preso à autoridade policial, constatou-se estar ele em gozo de "sursis". Deve a autoridade policial**

- A) autuá-lo em flagrante delito e não conceder a fiança, nos termos da legislação vigente.
- B) autuá-lo em flagrante delito, concedendo-lhe fiança.
- C) autuá-lo em flagrante delito e, em seguida, livrar-se-á ele solto, independentemente de fiança.
- D) encaminhá-lo ao Juizado Especial Criminal, se assumir o compromisso de a ele comparecer.

**20) A hipótese em que se admite a identificação criminal independentemente de identificação civil, excepcionando a norma constitucional, está contida na (s)**

- A) Lei dos Crimes Hediondos.
- B) Lei de Tortura e Lei do Entorpecente.
- C) Lei dos Crimes Hediondos e Lei de Tortura.
- D) Lei de Repressão ao Crime Organizado.

**21) As características fundamentais do Poder Constituinte Originário, segundo a doutrina, são**

- A) inicialidade, ilimitação, incondicionalidade.
- B) inicialidade, derivação, condicionalidade.
- C) inicialidade, ilimitação, subordinação.
- D) derivação, subordinação, condicionalidade.

**22) Nas infrações penais comuns, praticadas pelo Presidente da República, admitida a acusação, perante que órgão federal será o Presidente submetido a julgamento?**

- A) Câmara dos Deputados.
- B) Senado Federal.
- C) Supremo Tribunal Federal.
- D) Congresso Nacional.

**23) São privativos de brasileiros natos os cargos**

- A) de Deputado Federal.
- B) de Senador.
- C) de Ministro de Estado.
- D) da carreira diplomática.

**24) Pelo estabelecido no Sistema Tributário Nacional, compete aos Municípios instituir, dentre outros, imposto sobre**

- A) transmissão "causa mortis".
- B) transmissão "inter vivos".
- C) propriedade de veículos automotores.
- D) circulação intermunicipal.

**25) A competência da União para emitir moeda será exercida exclusivamente pelo**

- A) Tesouro Nacional.
- B) Ministério da Fazenda.
- C) Banco do Brasil.
- D) Banco Central.

**26) De acordo com a Constituição Paulista de 1989, a remoção de integrante da carreira de Delegado de Polícia somente poderá ocorrer mediante pedido do interessado ou manifestação favorável, nos termos da lei, do**

- A) Delegado Geral de Polícia.
- B) Delegado de Polícia Diretor de Departamento.
- C) Colegiado Superior da Polícia Civil.
- D) Secretário da Segurança Pública.

**27) Como você, enquanto autoridade policial, agiria em face da notícia de que um cidadão nascido em Sergipe não foi promovido em sua empresa por ser de procedência nordestina?**

- A) Instauraria inquérito policial para apurar o caso, por tratar-se de crime previsto pela legislação brasileira.
- B) Não instauraria inquérito policial, pois só são consideradas discriminatórias para efeitos criminais as discriminações decorrentes de raça, religião ou etnia.
- C) Encaminharia a pretensa vítima à Justiça do Trabalho, pois é a única instância competente para apreciar tal questão.
- D) Apesar de a Constituição de 1988 repudiar o racismo, este ainda não foi tipificado como crime pela legislação penal, assim não há nada que a autoridade possa fazer.

**28) A atual Constituição Federal veda, em qualquer situação, a existência de**

- A) pena de morte.
- B) pena de banimento.
- C) pena de multa.
- D) prisão civil.

**29) A denominada jurisdição constitucional concentrada, no Brasil, é exercida pelo**

- A) Superior Tribunal de Justiça.
- B) Tribunal Superior Eleitoral.
- C) Supremo Tribunal Federal.
- D) Senado.

**30) Após a realização de uma prisão, a Constituição Brasileira determina à autoridade policial que**

- A) informe imediatamente ao juiz e à família sobre a prisão.
- B) apresente o preso ao juiz em vinte e quatro horas.
- C) apresente o preso ao juiz em quarenta e oito horas.
- D) informe imediatamente à autoridade superior sobre a prisão.

**31) A competência do Governador do Estado para expedir decretos é**

- A) delegável.
- B) forma de criar direitos e obrigações.
- C) poder vinculado e limitado.
- D) poder normativo pleno.

**32) Quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas, fala-se em licitação**

- A) deserta.
- B) fracassada.
- C) imprópria.
- D) reservada.

**33) A oportunidade e a conveniência, em relação ao ato administrativo, subsumem-se**

- A) no mérito e ensejam anulação.
- B) no motivo e ensejam anulação.
- C) na forma e ensejam revogação.
- D) no mérito e ensejam revogação.

**34) As Administrações Regionais da Prefeitura Municipal de São Paulo caracterizam serviço público**

- A) regionalizado.
- B) desconcentrado.
- C) descentralizado.
- D) delegado.

**35) A Lei Orgânica da Polícia Civil de São Paulo - Lei Complementar n. 207/79 - prevê que todo procedimento de polícia judiciária instaurado contra servidor policial deverá ser comunicado imediatamente pela autoridade que o preside, pela via hierárquica, ao**

- A) Secretário de Segurança Pública.
- B) Delegado Geral de Polícia.
- C) Delegado Diretor da Corregedoria.
- D) Delegado Titular do Município.

**36) A execução de serviço de interesse coletivo instável ou de emergência transitória justifica um caso de**

- A) concessão.
- B) permissão.
- C) permissão de uso.
- D) autorização.

**37) Quando a Administração deixa de entregar o local da obra ou do serviço, ou não providencia as desapropriações necessárias, fala-se em**

- A) fato da Administração.
- B) fato do Príncipe.
- C) caso fortuito.
- D) negligência.

**38) O CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica - pela sua natureza jurídica é**

- A) autarquia federal vinculada ao Ministério da Fazenda.
- B) órgão colegiado subordinado diretamente ao Presidente da República.
- C) autarquia federal vinculada ao Ministério da Justiça.
- D) órgão vinculado ao Conselho Monetário Nacional.

**39) A proibição de construir acima de certa altura, a obrigatoriedade de observar determinado recuo de construção, o dever de denunciar doença contagiosa, a vedação de manter certos animais na zona urbana, são exemplos de restrições decorrentes do poder**

- A) de polícia.
- B) regulamentar.
- C) disciplinar.
- D) hierárquico.

**40) A declaração de inidoneidade imposta a um licitante pelo Secretário da Segurança Pública do Estado de São Paulo produz efeitos em relação aos órgãos**

- A) estaduais, apenas.
- B) estaduais e municipais, apenas.
- C) federais, estaduais, distritais e municipais.
- D) públicos em geral, exceto os autárquicos e paraestatais.

**41) A lei nova que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes**

- A) modifica a lei anterior.
- B) revoga a lei anterior.
- C) não revoga nem modifica a lei anterior.
- D) ab-roga a lei anterior.

**42) As benfeitorias podem ser**

- A) acidentais, úteis ou essenciais.
- B) voluptuárias, úteis ou necessárias.
- C) voluptuárias, necessárias ou essenciais.
- D) temporárias, úteis ou necessárias.

**43) Chama-se não deferido o direito futuro quando sua aquisição**

- A) pende somente do arbítrio do sujeito.
- B) foi alcançado pela decadência.
- C) foi alcançado pela prescrição.
- D) subordina-se a fatos ou condições falíveis.

**44) Consideram-se consangüíneos os irmãos**

- A) filhos do mesmo pai e mães diversas.
- B) filhos do mesmo pai e da mesma mãe.
- C) filhos da mesma mãe e pais diversos.
- D) germanos.

**45) O credor de coisa certa**

- A) pode ser obrigado a receber outra, desde que equivalente.
- B) pode ser obrigado a receber outra, desde que mais valiosa.
- C) pode ser obrigado a receber outra, desde que do mesmo gênero.
- D) não pode ser obrigado a receber outra, ainda que mais valiosa.

**46) O ato do terceiro interessado, que paga a dívida pela qual era ou podia ser obrigado, no todo ou em parte, caracteriza**

- A) cessão de crédito.
- B) pagamento com sub-rogação.
- C) dação em pagamento.
- D) remissão de dívida.

**47) A sucessão por representação também se diz**

- A) individual.
- B) consangüínea.
- C) por cabeça.
- D) por estirpe.

**48) Serão sumárias as ações de manutenção e as de esbulho quando intentadas, a partir da turbação ou do esbulho, dentro de**

- A) seis meses.
- B) três meses.
- C) ano e dia.
- D) dois anos.

**49) O aumento que o rio acresce às terras, de modo vagaroso, recebe o nome de**

- A) avulsão.
- B) aluvião.
- C) álveo abandonado.
- D) comistão.

**50) Para o casamento, a afinidade em linha reta constitui impedimento**

- A) absolutamente dirimente.
- B) relativamente dirimente.
- C) impediente.
- D) temporário.

**51) Com uma lavagem enérgica de ferimento por projétil de arma de fogo, com água e sabão,**

- A) pode-se remover a zona de esfumaçamento, mas não a de tatuagem.
- B) pode-se remover a zona de tatuagem, mas não a de esfumaçamento.
- C) podem-se remover as zonas de esfumaçamento e de tatuagem.
- D) não se pode remover a zona de esfumaçamento, nem a de tatuagem.

**52) Drogas psicoativas que suprimem as sensações de fome, sede, cansaço e sono são**

- A) psicolépticas.
- B) psicoanalépticas.
- C) psicodislépticas.
- D) neurolépticas.

**53) A pele anserina, observada com freqüência em cadáveres de afogados, é caracterizada por**

- A) enrugamento da pele.
- B) descolamento da epiderme.
- C) maceração da pele.
- D) ereção de pêlos.

**54) Em Antropologia Forense, através do exame do fêmur de um esqueleto, pode-se**

- A) somente avaliar a estatura do indivíduo.
- B) avaliar a estatura e determinar o sexo do indivíduo.
- C) somente determinar o sexo do indivíduo.
- D) avaliar a estatura e determinar a raça do indivíduo.

**55) Considerando-se a pena cominada em abstrato, pode-se afirmar que é mais grave a lesão corporal da qual resulta**

- A) perda de um braço, mantendo-se o outro íntegro.
- B) perda de um rim, mantendo-se o outro normal.
- C) estado de choque por hemorragia intensa.
- D) interrupção da gravidez por antecipação do parto.

**56) A constatação de rotura himenal recente é fundamental para a tipificação do delito de**

- A) estupro contra menor de catorze anos.
- B) estupros em geral.
- C) sedução.
- D) corrupção de menores.

**57) Alucinações visuais e tácteis, constituídas basicamente da percepção de grande quantidade de animais minúsculos em movimento, são características**

- A) do "delirium tremens" do alcoolismo crônico.
- B) da alucinose alcoólica.
- C) da intoxicação pela amida do ácido lisérgico.
- D) da intoxicação pelo haxixe.

**58) Em acidentes por choque elétrico, a vítima pode morrer por asfixia, devido à contração tetânica dos músculos torácicos, que realizam os movimentos respiratórios. A asfixia, no caso, é provocada por**

- A) confinamento.
- B) constrição das vias aéreas.
- C) sufocação direta.
- D) sufocação indireta.

**59) Uma ferida de comprimento maior do que a profundidade, com bordas lineares regulares e superfícies internas lisas, foi produzida, com maior probabilidade, por instrumento**

- A) perfurocortante.
- B) corto-contundente.
- C) cortante.
- D) incisivo.

**60) O cadáver aumenta consideravelmente de volume, exala um cheiro repugnante e intenso, sua língua se exterioriza e o feto morto, até então encerrado dentro do útero, é eliminado através da vagina. Tais fenômenos associados ocorrem, em relação às fases da putrefação, na**

- A) primeira.
- B) segunda.
- C) terceira.
- D) quarta.

**61) Qual a natureza jurídica da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948?**

- A) Convenção Internacional.
- B) Pacto das Nações Unidas.
- C) Resolução da Assembléia Geral da ONU.
- D) Tratado Internacional.

**62) Ao se tornar parte em um tratado internacional de Direitos Humanos, como o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos de 1966, que tipo de obrigações são assumidas pelo Brasil?**

- A) Colaborar com os países em desenvolvimento, em conformidade com o disposto no Pacto.
- B) Respeitar os direitos humanos dos cidadãos dos países vizinhos, em conformidade com o disposto no Pacto.
- C) Respeitar e garantir os direitos humanos e tomar medidas para implementação do Pacto no seu território.
- D) Tomar as medidas na esfera do Executivo necessárias à implementação do Pacto.

**63) O órgão responsável por monitorar a implementação do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos de 1966 é**

- A) a Corte Internacional de Justiça.
- B) a Corte Interamericana de Direitos Humanos.
- C) a Comissão Interamericana de Direitos Humanos.
- D) o Comitê de Direitos Humanos das Nações Unidas.

- 64) Nos Estados federados o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos de 1966 aplica-se apenas**
- A) às autoridades estaduais.
  - B) às autoridades internacionais.
  - C) aos órgãos da União.
  - D) a todas as entidades constitutivas da Federação.
- 65) Afirmar que o Direito Internacional dos Direitos Humanos é um direito subsidiário significa que**
- A) ele deve ser focado apenas após o esgotamento dos remédios legais domésticos.
  - B) ele não é um autêntico ramo do direito.
  - C) se limita a preceitos de ordem moral.
  - D) não é necessário acessar em primeiro lugar o direito interno.
- 66) O termo "direitos civis", como comumente empregado pelos instrumentos internacionais de direitos humanos significa**
- A) direito decorrente do Código Civil.
  - B) direito que para sua realização necessita do Estado na esfera privada.
  - C) os direitos decorrentes de regimes civis e não militares.
  - D) direito que para a sua realização depende em grande medida da não interferência do Estado na esfera individual.
- 67) Os direitos humanos, tal como compreendidos hoje, surgiram como uma reação**
- A) à barbárie da I Grande Guerra.
  - B) à chamada Guerra Fria entre os Estados Unidos e a União Soviética.
  - C) à miséria na África e ao regime de segregação racial na África do Sul.
  - D) ao holocausto e às demais barbáries perpetradas durante a Segunda Grande Guerra.
- 68) Caso a Comissão Interamericana de Direitos Humanos solicite informações sobre uma violação de direito ocorrida em território nacional, o governo brasileiro**
- A) é obrigado a fornecê-las em razão da Convenção Americana de Direitos Humanos de 1969.
  - B) é obrigado a prestá-las, pois sendo signatário da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, obrigou-se a prestar informações à Comissão Interamericana de Direitos Humanos.
  - C) é obrigado a prestá-las, caso o Governo brasileiro, ao ratificar a Convenção Americana de Direitos Humanos, tivesse feito menção expressa a esta possibilidade de supervisão pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos.
  - D) não tem nenhuma obrigação de fornecer a referida informação, pois isto constituiria uma violação da soberania brasileira.
- 69) Quem presidiu a Comissão das Nações Unidas responsável pela redação final da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948?**
- A) Winston Churchill.
  - B) Eleanor Roosevelt.
  - C) Charles De Gaulle.
  - D) Mohandas K. Gandhi.
- 70) Os direitos e garantias constantes dos instrumentos internacionais de proteção dos direitos humanos aprovados e ratificados pelo Brasil, que não sejam expressos na Constituição Federal de 1988, devem ser**
- A) recepcionados pelo nosso ordenamento jurídico.
  - B) excluídos de nosso regime legal.
  - C) aceitos parcialmente, desde que decorram das normas constitucionais.
  - D) eliminados do sistema em face dos princípios por ela adotados.

**Gabarito**

1-C 2-A 3-B 4-D 5-B 6-D 7-A 8-C 9-B 10-C 11-C 12-B 13-A 14-B 15-D 16-C 17-A 18-D 19-B 20-D 21-A 22-C 23-D 24-B 25-D 26-C 27-A 28-B 29-C 30-A 31-C 32-A 33-D 34-B 35-B 36-D 37-A 38-C 39-A 40-C 41-C 42-B 43-D 44-A 45-D 46-B 47-D 48-C 49-B 50-A 51-A 52-B 53-D 54-B 55-A 56-C 57-A 58-D 59-C 60-B 61-C 62-C 63-D 64-D 65-A 66-D 67-D 68-A 69-B 70-A